

BIBLIOTECA DE FILOSOFIA
E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS
Vol. nº 5

Coordenadores:
J. A. Guilhon de Albuquerque
e Roberto Machado

Direitos adquiridos por
EDIÇÕES GRAAL LTDA.
Rua Hermenegildo de Barros, 31-A
Glória - Rio de Janeiro - CEP 20.241

© Copyright by EDIÇÕES GRAAL LTDA.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

JURANDIR FREIRE COSTA

ORDEM MÉDICA
E
NORMA FAMILIAR

TOMO...: 37081



SBD-FELCH-USP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ARTES



Fundador:

MAX DA COSTA SANTOS



20985

301.42
C837or
S. D.
Ordem médica e norma familiar / Social

Capa: Sônia Maria Goulart

301.42
C837or
e.2

DEDALUS - Acervo - FELCH-FIL
Ordem médica e norma familiar /



Ficha catalográfica

CIP - Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C873o

Costa, Jurandir Freire.
Ordem médica e norma familiar / Jurandir Freire
Costa. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
(Biblioteca de filosofia e história das ciências: v.
nº 5)

Bibliografia

1. Classe médica - Brasil - História 2. Família - Or-
ganização social 3. Pais e filhos I. Título II. Série

CDD - 301.4410981
301.42
301.427
CDU - 323.381.1(81)(091)
301.185.14
79-0215

*À memória do Dr. Philippe Paumelle
Aos primeiros mestres,
Paulo Sette e José Lins de Almeida
A Célia, Cecília e Tiago
Aos amigos, em especial, a Jackie.*

Capítulo 5: ADULTOS E CRIANÇAS

1. Direito do pai, morte aos filhos	153
2. A proteção da infância	171
<i>A família nefasta</i>	171
<i>O cultivo da infância</i>	173
<i>A disciplina do corpo</i>	175
<i>O adestramento físico no espaço da ordem</i>	179
<i>O espaço da ordem</i>	181
<i>O tempo disciplinar</i>	182
<i>O físico disciplinado</i>	184
<i>A regulação do sexo</i>	187
<i>A disciplina intelectual</i>	195
<i>A disciplina moral</i>	197
3. A infância «reduzida»	204
4. Consciência de classe, consciência de raça, consciência nacional	208

Capítulo 6: HOMENS E MULHERES

1. O contrato conjugal	215
2. O casamento como instituição higiénica	219
3. Sexo e amor no casal disciplinado	226
4. O pai: manequirn higiénico do homem	240
<i>Libertinos, celibatários e homossexuais</i>	240
<i>Machismo e paternidade</i>	249
5 A mãe e a mulher	255
<i>A mãe higiénica: amante dos filhos,</i> <i>aliada dos médicos</i>	255
<i>Prostitutas e mundanas</i>	265
<i>A mulher «nervosa»: cliente dos médicos,</i> <i>inimiga do homem</i>	271
BIBLIOGRAFIA CITADA	275

INTRODUÇÃO

No presente momento, tornou-se banal constatar que a família vai mal. As explicações dadas ao fato multiplicam-se. A desestruturação da família é sucessivamente imputada ao enfraquecimento dos laços conjugais; ao enfraquecimento da autoridade dos pais; à emancipação da mulher; ao conservadorismo do homem; à rebeldia da adolescência; à repressão da infância; ao excesso de proteção aos filhos; à ausência de amor para com eles, etc. Em suma, os indivíduos estariam como que desaprendendo as regras de convivência que mantinham a família coesa. Cada um deles parece aspirar justamente àquilo que se opõe ao direito ou às aspirações do outro. A independência reclamada pelos adultos implica no abandono das crianças; a autonomia dos filhos, no cerceamento da liberdade dos pais; a emancipação da mulher, em atritos com o poder do homem e assim por diante. Os membros da família, em vez de aliados, estariam se tornando inimigos. O lar moderno deixou de cumprir suas antigas funções. Ao invés de propiciar carinho e proteção, estaria fomentando a guerra entre sexos e gerações.

A família estaria vivendo em rude impasse. Perdeu seus antigos valores sem conseguir criar nada que pudesse substituí-los. A mobilidade sócio-cultural do universo cidadão privou-a de seus vínculos tradicionais e, ao mesmo tempo, da possibilidade de estabelecer novos relacionamentos sólidos. Sem auxílio, por-

tanto, ela estaria perdida. Sem cuidados especializados, não encontraria saída para os conflitos em que se debate.

Estes pressupostos, com pequenas variantes, informam a maioria das propostas atuais de reabilitação familiar. Partindo deles, pedagogos, psicoterapeutas e profissionais afins revezam-se na tarefa de assistência às famílias desequilibradas. Assistência que, nos grandes centros urbanos brasileiros, atingiu, em nossos dias, proporções inusitadas. Não há como negar esta evidência; os indivíduos pertencentes à pequena, média e, em menor escala, grande burguesia urbana parecem ter renunciado ao direito de resolver, por conta própria, suas dificuldades familiares. Cada dia mais apelam para especialistas, em busca de soluções para seus males domésticos.

Entretanto, ao contrário do que pode parecer, esta posição de dependência para com agentes educativo-terapêuticos não é estranha à história da família burguesa. No século XIX, sua antecessora, a família oitocentista de elite, foi submetida a uma tutela do mesmo gênero. A medicina social, através de sua política higiénica, reduziu a família a este estado de dependência, recorrendo, o que é mais significativo, a argumentos semelhantes aos atuais. Foi também pretextando salvar os indivíduos do caos em que se encontravam que a higiene insinuou-se na intimidade de suas vidas.

A partir da terceira década do século passado, a família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação, dirigida sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares. Por seu intermédio, os indivíduos aprenderiam a cultivar o gosto pela saúde, exterminando, assim, a desordem higiénica dos velhos hábitos coloniais.

Retrospectivamente, no entanto, nota-se que a ação desta pedagogia médica extravasou os limites da saúde individual. A higiene, enquanto alterava o perfil sanitário da família, modificou também sua feição social. Contribuiu, junto com outras

instâncias sociais, para transformá-la na instituição conjugal e nuclear característica dos nossos tempos. Convertem, além do mais, os predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em insignias de classe social. A família nuclear e conjugal, higiénicamente tratada e regulada, tornou-se no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa.

Mediante esta lática, a vida privada dos indivíduos foi atrelada ao destino político de uma determinada classe social, a burguesia, de duas maneiras historicamente inéditas. Por um lado, o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês modelou o convívio familiar, reproduzindo, no interior das casas, os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais.

A dinâmica deste processo é mais visível quando se analisa os resultados obtidos pela educação higiénica. Neste caso, vê-se até que ponto chegou a fusão entre aquisição de saúde individual, aquisição de *status* social e manipulação político-econômica da vida dos indivíduos.

A educação física defendida pelos higienistas do século XIX criou, de fato, o corpo saudável. Corpo robusto e harmonioso, organicamente oposto ao corpo relapso, flácido e doente do indivíduo colonial. Mas, foi este corpo que, eleito representante de uma classe e de uma raça, serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a ele ligados. Para explorar e manter explorados, em nome da superioridade racial e social da burguesia branca, todos os que, por suas singularidades étnicas ou pela marginalização sócio-econômica, não logravam conformar-se ao modelo anatômico construído pela higiene.

O cuidado higiénico com o corpo fez do preconceito racial um elemento constitutivo da consciência de classe burguesa. O racismo não é um acessório ideológico, acidentalmente colado aos *ethos* burguês. A consciência de classe tem, na consciência da «superioridade» biológico-social do corpo, um momento indispensável à sua formação. O indivíduo de extração burguesa,

desde a infância, aprende a julgar-se «superior» aos que se situam abaixo dela na escala ideológica de valores sócio-raciais. Por isso mesmo, admite com mais facilidade e, às vezes, com marcante insensibilidade a situação de inferioridade sócio-econômica a que geralmente estão submetidos os banidos da elite física: «crioulos», «parabás», «caipiras» etc. Por isso mesmo, quando, por vezes, consegue despojar-se da ideologia política de sua classe social, continua avaliando pejorativamente o corpo, os gestos, a fala, o modo de ser e viver dos mal-nascidos. Continua, *malgré lui*, fascinado pelo corpo burguês, higienicamente urbanizado e disciplinado.

A educação moral foi, do mesmo modo, bem sucedida. Secularizou medicamente as mentalidades. Extinguiu das casas e colégios a violência punitiva dos castigos físicos coloniais. Criou a figura do indivíduo contido, polido, «bem educado», cuja norma ideal é o comportamento reprimido e disciplinado do *gentleman*, o *petit-bourgeois* europeu. Mas, às custas de uma crescente tendência à autoculpalização, que se tornou a marca registrada do sujeito «civilizado» e aburguesado. Do sujeito forçado a exercer um autocontrole tirânico sobre si mesmo. Do sujeito ensinado a reagir com extrema intolerância às menores falhas morais — reais ou imaginárias, suas ou de seus pares — falhas estas, responsáveis, em muitíssimas ocasiões, pelo sofrimento psíquico que ele experimenta.

A educação intelectual conduzida pela higiene ajudou a refinar e a cultivar cientificamente a primitiva sociedade colonial. Mas, desde então, o nível de instrução e a capacidade intelectual entraram na era da competição, caucionada não só pela ordem econômica mas também pela ciência médica. Os higienistas colaboraram no processo de hierarquização social da inteligência, criando a idéia de que o indivíduo «culto» era superior ao «inculto». Difundiram, simultaneamente, o preconceito de que o cérebro do homem capacitava-o para as profissões intelectuais, enquanto o da mulher só lhe permitia exercer atividades domésticas.

A educação sexual que, segundo a higiene, deveria transferir mar homens e mulheres em reprodutores e guardiões de proles sãs e «raças puras» conseguiu, em grande parte, estes objetivos.

A sanidade física da família de elite aumentou, na medida em que as condutas sexuais masculina e feminina foram sendo respectivamente reduzidas às funções sócio-sentimentais do «pai» e da «mãe». Em contrapartida, esta mesma educação desencadeou uma epidemia de repressão sexual intrafamiliar que, até bem pouco tempo, transformou a casa burguesa numa verdadeira filial da «polícia médica». Insurgidos pela higiene, homens passaram a oprimir mulheres com o machismo; mulheres, a tirarizar homens com o «nervosismo»; adultos, a brutalizar crianças que se masturbavam; casados, a humilhar solteiros que não casavam; heterossexuais, a reprimir homossexuais etc. O sexo tornou-se emblema de respeito e poder sociais. Os indivíduos passaram a usá-lo como arma de prestígio, vingança e punição.

Finalmente, o amor entre pais e filhos, sonhado pela higiene, concretizou-se. Na família conjugal moderna os pais dedicam-se às crianças com um desvelo inconcebível nos tempos coloniais. No entanto, e este é um aspecto fundamental, de maneira permanentemente insatisfatória. Perante os novos técnicos em amor familiar, os pais, via de regra, continuam sendo vistos como ignorantes, quando não «doentes». Há sempre um «a mais» a corrigir, um «a menos» a tratar. Amar e cuidar dos filhos tornou-se um trabalho sobrehumano, mais precisamente, «científico». Na família burguesa os pais jamais estão seguros do que sentem ou fazem com suas crianças. Nunca sabem se estão agindo certo ou errado. Os especialistas estão sempre ao lado, revelando os excessos e deficiências do amor paterno e materno.

Em resumo, quando observamos os resultados da educação higiênica, uma conclusão se impõe: a norma familiar produzida pela ordem médica solicita de forma constante a presença de intervenções disciplinares por parte dos agentes de normalização. De fato, muitos dos fenômenos apontados, hoje em dia, como causas da desagregação familiar, nada mais são que consequências históricas da educação higiênica. Em outros termos, as famílias se desestruturam por terem seguido à risca as normas de saúde e equilíbrio que lhes foram impostas.

Esta constatação é importante, pois elucida a provável razão da persistência histórica do mecanismo de tutela familiar,

através da atividade terapêutica. A nosso ver, o controle educativo-terapêutico instaurado pela higiene iniciou um modo de regulação política da vida dos indivíduos, que, até hoje, vem se mostrando eficiente. Através da tutela terapêutica o corpo, o sexo e as relações afetivas entre os membros da família, como já vimos, passaram a ser usados, de modo sistemático e calculado, como meio de manutenção e reprodução da ordem social burguesa. Todavia, a ação deste tipo de tutela vai mais além. Recuperou os efeitos imprevisíveis desta manipulação, ocultando-lhes a origem e o caráter político-social.

Senão, vejamos. Os especialistas encarregados de reeducar terapêuticamente a família dão-se conta de que a desestruturação familiar é um fator social, mas raramente percebem que as terapêuticas educativas são componentes ativos na fabricação deste fato. Presos à ideologia do «cientificismo», acreditam na isenção política de suas práticas profissionais. Por esta razão, jamais procuram rever as matrizes sociais da ciência que orienta os postulados teóricos e técnicos destas práticas. Pelo contrário, permanecem atados ao «cientificismo». Redobram as medidas de controle terapêutico. Analisam e interpretam a perplexidade e a fragilidade dos indivíduos como provas de que eles não estão suficientemente convertidos ou submissos às normas de saúde. Renovam o equipamento teórico-técnico de terapias e pedagogias terapêuticas, reforçando a engrenagem geradora do desconforto familiar. Pede, prescrevem e exigem mais exercícios físicos, mais educação sexual, mais ginásticas mentais e mais esforços intelectuais. Não vêem, ou fingem não ver, que, como atesta a evolução higiénica da família, todas estas injunções revertem, inevitavelmente, em maior disciplina, maior vigilância e maior repressão.

Assim sendo, refazem o mesmo percurso político-científico da higiene médica. Utilizam o mal-estar da família como matéria prima para a reinscrição dos indivíduos no circuito social. Não porque visem, através das terapêuticas, a adaptá-los explicitamente aos valores político-ideológicos dominantes, mas porque os adaptam, isto sim, a uma norma física, psíquica e sexual típica e exclusiva do universo burguês.

A ação da norma educativo-terapêutica não se faz através de nenhuma inculcação ideológica, filosófica ou política que leve os indivíduos a mudarem suas visões de mundo. O primarismo desta crítica dispensa comentários. Seria falso afirmar que todos os profissionais afetos à área de assistência familiar são politicamente conservadores. A normalização das condutas e sentimentos opera em outro nível. Ela procede de forma oposta, despolitizando o cotidiano e inscrevendo-o nas microocupações em torno do corpo, do sexo e do intimismo psicológico. E através da polarização da consciência dos indivíduos sobre estes objetos parciais de suas existências sócio-emocionais que a norma terapêutica se implanta e passa a agir. É a mecânica deste procedimento que a história da higiene familiar ilustra de maneira inequívoca e exemplar.

Que a família sofre e precisa ser ajudada, não há dúvida! Não se trata de negar a desorientação e o sofrimento emocional que perseguem os indivíduos urbanos às voltas com seus dilemas familiares. A dúvida consiste em saber se os remédios propostos, ao invés de sanarem o mal, não irão perpetuar a doença. O problema começa quando percebemos que a lucidez científica das terapêuticas dirigidas às famílias escondem, muitas vezes, uma grave miopia política. Miopia que tende a abolir, no registro do simbólico, o real adjetivo de classe existente em todas estas lições de amor e sexo dadas à família.

CAPÍTULO IV

DA FAMÍLIA COLONIAL À FAMÍLIA COLONIZADA

1. Família colonial: lugar e formas de convivência

Como já fizemos notar, a intervenção médico-estatal sobre a cidade assumiu, junto a família, a forma de higiene e medicina doméstica. Nesta intervenção, dois elementos foram particularmente afetados: a casa e a intimidade. A casa teve seu perfil arquitetônico modificado, sobretudo para aumentar o intercâmbio entre o ambiente doméstico e o meio social. A intimidade transformou-se para permitir um fluxo afetivo mais livre entre os próprios membros da família.

A observação do funcionamento familiar na residência colonial facilita a percepção deste processo de mudança.

O «ESTAR» COLONIAL: TEMPO LIVRE E INTIMIDADE

Do período colonial até meados do séc. XIX, aproximadamente, o lugar de estar de uma casa grande rural, de um sobrado

de cidade ou de uma chácara de arrabalde era a «sala de viver ou varanda». Esta peça situava-se nos fundos da casa e, junto com as salas de frente, era mais iluminada e aereada que os demais cômodos. Construída para proporcionar melhores condições de isolamento social, a varanda tornou-se local de estar ou permanência: «A família em geral fica na varanda, na parte de trás da casa, lugar em que se acha quase tão isolada do mundo como se se encontrasse nas profundas de uma floresta».¹

Tal esquema sofria, naturalmente, pequenas variações. Na prancha de Debret, *Visita a uma fazenda*, nota-se que a função tradicionalmente preenchida pela varanda era suprida pela sala de visitas.² Em outra prancha do mesmo artista, *O passatempo dos ricos depois do jantar*, o tempo que sucede à refeição é desfrutado na galeria que circunda trilateralmente o rés-do-chão.³ Não obstante essa diversidade, mais comum nas residências rurais, era a varanda dos fundos que preferencialmente concentrava o tempo e as atividades ligadas ao «estar».

Sob outro ângulo, observa-se uma nítida diferença entre o «estar» do homem e o da mulher. O primeiro aproveitava grande parte de seu tempo ocioso na rua. Na estampa *Os refrescos do largo do palácio*, Debret dá conta deste fenômeno, narrando o cotidiano de um cidadão médio do Rio de Janeiro: «Esse homem tranquilo, observa-se antes do sol, percorre com a fresca uma parte da cidade, entra na primeira igreja aberta, reza ou ouve missa e continua seu passeio até às seis horas da manhã. Volta, então, despe-se, almoça, descansa, limpa seus trajés, janta ao meio-dia, faz a sesta até duas ou três horas da tarde, torna a fazer a «toilette» e sai de novo às quatro horas. «É, por conseguinte, lá pelas quatro horas da tarde que se podem ver esses homens de pequenas rendas chegar de todas as

ruas adjacentes ao Largo do Palácio a fim de sentarem nos parapetos do cais onde têm por costume respirar o ar fresco, até a hora da Ave Maria».

«O pequeno capitalista não é entretanto frequentador exclusivo do Largo do Palácio; também todas as tardes os comerciantes aí se reúnem... Um pouco mais tarde, a esses grupos se ajuntam os capitães de navios... Finalmente a obscuridade e a fêscura da noite dispersam os grupos mergulhando o largo num silêncio...»⁴

Quanto ao tempo livre do homem rural, assim o descreve Carlos Lemos: «... temos que distinguir o «estar» da mulher do «estar» do homem. Quando o elemento masculino não permanece no sertão... fica lidando com as armas, arreios, cavalos, com as criações, diverte-se apanhando as esporas de seus galos de briga, mexe com os passarinhos, bebe cachaca e tem seus jogos, inclusive de cartas. E conversa, conversa bastante contando «causos»...»⁵

Fora destas alternativas, quando lhe ocorria permanecer em casa, sem nenhuma tarefa exigida pelos negócios, o homem dormia, pois, como observava Saint-Hilaire, «ignorava os encantos da leitura e do estudo».⁶

A mulher, pelo contrário, ficava muito mais tempo no interior da habitação. Seu ócio mesclava-se invariavelmente com alguma ocupação doméstica: «Nas atividades femininas é que encontramos bem definida a superposição de funções atinentes ao lazer com as do serviço doméstico. Numa família grande, cheia de filhos, os legítimos e os naturais, todos sob o mesmo teto, cheia de agregados, de moleques e de meninas «do serviço», de parentes velhos e encostados é que dificilmente iremos saber como termina a obrigação do cotidiano e começa a diversão, onde principia o lazer e finda o serviço doméstico de manutenção ou de subsistência. Havia a segregação moura das

1. Reis Filho, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*, op. cit. pp. 24-29.

2. Luccock, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. da USP, 1975, pp. 76-77.

3. Debret, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, São Paulo, Martins, Ed. da USP, 1972, v. 1, pp. 146-148.

4. *Ibid.* pp. 141-142.

5. *Ibid.* pp. 143-144.

6. Lemos, Carlos A. C. *Cozinhos, etc.*, São Paulo, Perspectiva, 1976, pp. 15-16.

7. Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Ed. da USP, 1975, p. 25.

mulheres e elas nunca aparecendo a ninguém e sempre espreitando pelas frestas das portas e pela treliças das rótulas, organizavam na intimidade das dependências internas da morada a subsistência da família, conservando hábitos, transmitindo ensinamentos, mantendo tradições, usos e costumes, e perpetuando o artesanato delicado dos bordados, das rendas, dos tecidos, dos trançados, dos doces, bolos, biscoitos, dos remédios, mezinhas, xaropes e emplastros.

«Essa superposição estar-serviço houve em qualquer classe social, porque ao elemento feminino não restaram outras alternativas além daquelas do forno, fogão, agulha e uma ou outra roça no fundo do quintal, na horta, no parreiral. Por isso, tanto na casa da classe dominante, como na pobre, vemos a mulher criando seus filhos e vivendo o dia-a-dia na zona de serviço»⁸ Esta descrição pode ser confirmada por um ou outro trabalho de Debret, *Uma senhora brasileira em seu lar*.⁹ Na estampa vê-se uma dona de casa que costura e ensina a filha a ler, tendo ao lado duas escravas que também se ocupam do mesmo tipo de serviço.

Uma outra confirmação da superposição do «estar» com o serviço é dada pelo próprio uso funcional da varanda. Ina von Binzer, descrevendo a varanda de uma residência rural do séc. XIX, notou o múltiplo uso que era feito daquele local, destinado não somente ao passatempo entre as horas de refeição mas a inumeráveis outras atividades domésticas: fabrico de pão, passagem de roupa, limpeza de calçados, preparação de alimentos, etc...¹⁰

O «estar» da família colonial, portanto, regulava-se pela divisão social do papel do homem e da mulher e pela natureza das atividades domésticas. O homem, a quem era permitido um maior contato com o mundo, com a sociabilidade, permanecia menos tempo em casa. Os cuidados da residência eram entre-

8. Lemos, Carlos A. C. op. cit., pp. 59-60.

9. Debret, Jean-Baptiste, op. cit., v. 1, pp. 128-129.

10. Binzer, Ina von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*, São Paulo, Anhembi, 1956, pp. 100-101.

gues à mulher que, entretanto, não podia imprimir aos aposentos a marca de suas necessidades.

Esta posição de dependência diante do marido refletia-se na organização dos interiores. Como veremos, o interior da casa colonial era desprovido da maioria dos objetos que tornam um ambiente agradável e propício ao repouso. Ao homem pouco interessava estruturar um arranjo doméstico voltado para o aproveitamento do tempo livre, já que podia e devia usufruir este tempo na rua, conforme o hábito cultural. A mulher, embora pudesse eventualmente querer organizar o domicílio de uma outra maneira, não poderia fazê-lo, pois não dispunha de iniciativa pessoal nem de autonomia econômica para tanto. Além do que, comprimida pela estrutura funcional da residência, era obrigada a dispensar essas ocupações supérfluas e ocupar o tempo ocioso nos trabalhos caseiros.

A casa brasileira até o séc. XIX era um misto de unidade de produção e consumo. Boa parte dos viveres, utensílios domésticos e objetos pessoais de que necessita uma família eram fabricados na própria residência. A mulher gerenciava esta pequena empresa sem concurso algum do marido. Realidade que criou, entre outros, o preconceito da mulher preguiçosa e indolente. Alguns viajantes estrangeiros colaram esse rótulo às mulheres brasileiras pelas aparências que suas ocupações domésticas refletiam.¹¹ Luccock, por exemplo, notando que as donas de casa passavam grande parte do tempo sentadas, que raramente saíam de casa e que eram gordas e precocemente envelhecidas, chamou-as de inertes e preguiçosas.

No entanto, vistos sob a óptica da organização doméstica, cada um destes aspectos projeta uma nova significação sobre a conduta feminina. A postura sentada da mulher reeditava o costume português, herdado por sua vez das culturas árabes e

11. ver: Luccock, John, op. cit., pp. 76-77 e Seidler, Carl. *Dez anos no Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1976, p. 66.

asiática, que prescrevia esta posição física à mulher que trabalhava ou repousava. Além disso, essa postura era adequada à funcionalidade da casa colonial. Sentada devia permanecer a mulher que comandava uma casa cujas dimensões, funcionamento e disposição arquitetônica exigiam uma mobilização física exaustiva de quem tentasse transitar desordenadamente por todos os seu cômodos. Nas plantas das casas grandes e de algumas residências urbanas apresentadas por Carlos Lemos, contam-se, por vezes, 5, 7, 8, 9 e até 12 quartos.¹² Estas mesmas plantas mostram também que as zonas de serviços localizavam-se às vezes no exterior e que a ausência de esgotos e água encanada exigia que as atividades de higiene corporal fossem realizadas fora da casa. Portanto, qualquer movimentação física supérflua deveria ser evitada. Embora contando com a exploração parasita de escravos e outros serviços, ainda assim as donas¹³ casa tinham que deslocar-se muito.

À quantidade de pessoas a serviço da família era outro fator determinante na postura sentada da mulher. Luccock calculava que o número médio de pessoas numa casa do Rio, em 1808, era de 15.¹³ Gendrin dizia que numa família comum havia 7 ou 8 negros.¹⁴ Vilhena observou em algumas casas baixas a presença de 60, 70 ou mais pessoas.¹⁵ Era, portanto, entendível que a dona de casa permanecesse a maior parte do tempo sentada. Desta forma, determinava um ponto de referência fixo na casa, de onde pudesse centralizar o comando e a inspeção dos serviços.

Quanto aos outros dois aspectos da conduta feminina que chocavam os viajantes — a aparência física e o retratamento social — teremos ocasião de ver o que eles representavam no universo de valores da época. No momento, importa notar como o sistema econômico e social somava-se aos efeitos de divisão

social dos sexos, desvalorizando o interior da casa. Desvalorização que se traduzia por certos sinais como a pobreza decorativa dos ambientes internos.

A maioria dos historiadores e viajantes mostrou como, via de regra, a casa brasileira era pobre no mobiliário e decoração. Alcântara Machado observou que a mobília e os objetos de ornamentação eram escassos na residência colonial.¹⁶ Luccock, descrevendo algumas casas do Rio, afirmava: «O mobiliário dos aposentos mais elegantes é escasso e pobre. Vêem-se neles, em geral, um sofá de madeira, ao mesmo tempo tosco e fantástico no formato, acompanhado de umas poucas cadeiras de modelo semelhante, muitas delas são pintadas de vermelho e branco e ornadas de grupos e ramalhetes de flores, algumas delas feitas, talvez, há cerca de cem anos atrás. Em salas de pretensões mais modestas, somente o sofá aparece, ou então duas a três cadeiras; em lugar desses assentos, as mulheres usam de esteiras, em que em geral se assentam com as pernas cruzadas por baixo do corpo».¹⁷ Ewbank fazia observações semelhantes: «... pode observar que a sala e a mobília eram adequadas ao clima tropical: teto alto, esteiras no chão, cadeiras e sofás com assento de vime, paredes cobertas de papel, nada de tapetes, passadeiras, cortinas, lareira e outras coisas essenciais em nossas salas».¹⁸ Gilberto Freyre, citando Dampier e Saint-Hilaire anota o mesmo «desprezo de ricos pelo conforto doméstico: a grandeza que alardeavam era, nas cidades, a do traje, no mato, a dos cavalos ajazados de prata. E principalemnte a do número de escravos e a da extensão das terras».¹⁹ Lúcio Costa resume desta forma o mobiliário típico de uma casa grande dos primórdios: «além do pequeno oratório com o santo de confiança, camas, cadeiras,

12. Lemos, Carlos A. C., op. cit.

13. Luccock, John, op. cit. p. 28.

14. Gendrin, O Rio de Janeiro visto por um negociante francês, citado por Rodrigues, José Honório, *Independência: Renoução e Contra Renoução. Economia e Sociedade*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, pp. 49-50.

15. Vilhena, Cartas, citado por Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, 12ª ed., Brasília, Ed. da UnB, 1963, p. 415.

16. Machado, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1972, pp. 59-66.

17. Luccock, John, op. cit., p. 81.

18. Ewbank, Thomas. *A vida no Brasil*, Rio de Janeiro, Conquistista, 1973, v. 1, p. 71.

19. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*, op. cit. v. 2, pp. 595-596.

tamboretas, mesas e ainda arcas. Arcas e baús para ter onde meter a tralha toda».²⁰

Contudo, a vetustez dos interiores não se devia apenas ao desprezo do homem pelo lazer doméstico ou a indiferenciação entre lazer e trabalho caseiros femininos. O atraso técnico e econômico determinavam, em parte, esse ascetismo material. Todos os objetos de decoração eram importados e, portanto, caros e difíceis de serem adquiridos. Os móveis eram fabricados artesanalmente e os artefices eram poucos.

Por outro lado, já se observou como o aperfeiçoamento da indústria e do material de construção introduziu modificações no interior da residência: «... o emprego de madeiras serradas, com junções mais perfeitas, difundiu o uso de assalhos encerrados, em substituição aos antigos, de tábuas largas e imperfeitas, lavados semanalmente, iniciando-se em decorrência o uso de tapetes e móveis mais fins».²¹

Da mesma forma, o progresso nas instalações hidráulicas, resolvendo o problema do abastecimento de água e esgoto, dispensou um grande número de serviços e liberou espaços para os móveis, antes reservados à circulação de pessoas.

Porém, ao lado destes fatores, a negligência do conforto doméstico revelava o desprestígio, quando não a completa ausência, do sentimento de intimidade ou privacidade familiar. Por este termo, designamos a série de condutas e reações emocionais que levaram a família a concentrar nos membros do parentesco estrito (pai, mãe, filhos) a atenção antes dispersa no grupo de escravos, agregados e «clientes».

A família dominada pelo sentimento de privacidade distingue-se da família antiga, em vários sentidos. Em primeiro lugar, pais e filhos começam a valorizar o convívio íntimo e exclusivo entre eles, abandonando a companhia contínua de elementos estranhos, porventura residentes na casa. Em segundo lugar, os

pais passam a ter maior interesse pelo desenvolvimento físico-sentimental dos filhos, educando-os de maneira mais individualizada e levando-os, em consequência, a ganhar maior consciência de suas próprias individualidades. Em terceiro lugar, o amor entre pais e filhos torna-se a energia moral responsável pela coesão familiar, substituindo progressivamente a ética religiosa e os imperativos de sobrevivência material.

Em seu clássico estudo sobre a criança e a família, Philippe Ariès observa que, historicamente, este tipo de sentimento nem sempre existiu.²² Sua presença só se tornou perceptível na Renascença, quando a mudança induzida na «representação da infância» por religiosos e pedagogos veio modificar radicalmente a vida familiar.

No caso brasileiro, não nos interessou saber qual o ponto de partida do sentimento de intimidade. Não poderíamos afirmar se desde o início da colonização ele sempre existiu e foi mantido atrofiado, nem também, se tendo por acaso existido, diluiu-se em meio às singularidades do ambiente sócio-econômico. Face a nosso propósito, bastou-nos constatar que, tendo ou não existido anteriormente, suas manifestações até começos do século XIX foram extremamente raras. E que, em seu surgimento ou revitalização, a medicina teve um papel fundamental. Quanto a isso, não parece haver dúvida. O sentido de intimidade familiar, tal como começou a ser concebido e estimulado pelos médicos do séc. XIX era, até então, inexistente ou despercebido. Alguns testemunhos dessa ausência chegaram até nós e dentre eles citaremos o descaso com que eram tratados os hábitos de *alimentação* e de *vestuário*.

A negligência na maneira de portar-se às refeições ou na maneira de vestir e consequentemente de reagir ao que modera-

20. Costa, Lúcio. Evolução do mobiliário luso-brasileiro, citado por Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 501.

21. Reis Filho, Nestor Gouviar. *Quadro da arquitetura no Brasil*, op. cit., p. 50.

22. Ariès, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Éditions du Seuil, 1973.

Ver também: Ariès, Philippe. *Histoire des populations françaises*, Paris, Éditions du Seuil, 1971, pp. 202-412.

damente chamaríamos pudor do corpo e de suas funções, demonstram como a família antiga desprezava o convívio íntimo.

O ritual da alimentação, a reunião da família em torno da mesa, atende a necessidades outras que não as da pura nutrição biológica. A refeição é ocasião de encontro e retração da família sobre ela mesma. É também oportunidade dada aos indivíduos de exercerem controles recíprocos sobre suas condutas. Numa família moderna, a mesa é um dos locais onde os cônjuges relatam os acontecimentos diários; reparam os problemas domésticos; discutem as dificuldades na educação dos filhos; interrogam estes últimos sobre suas atividades lúdicas, escolares, afetivas, etc. Nela também se ensina a maneira correta de comer; o bom gosto na escolha de pratos e bebidas e, finalmente, tudo o que é proibido fazer quando se come civilizadamente.

Implicitamente, todo o modo de viver burguês é transmitido neste momento de encontro, onde o ideal do *gentleman*, do *petit bourgeois* contido, disciplinado, higiênico e polido, funciona como norma do bem conduzir-se na casa e na vida.

Na habitação antiga, a maioria destes elementos estava ausente. Lucecock, narrando os hábitos de alimentação de uma família, comentava: «É ali (na varanda) que tomam suas refeições usando de uma velha tábua colocada sobre cavaletes, um par de tamboretos de pau para completar e quando existem dessas coisas, uma ou duas cadeiras. A refeição principal consta de um jantar ao meio-dia, por ocasião da qual o chefe da casa, sua esposa e filhos às vezes se reúnem ao redor da mesa; é mais comum que a tomem no chão, caso em que a esteira da dona da casa é sagrada, ninguém se aproximando dela senão os favoritos reconhecidos... Somente os homens usam faca; mulheres e crianças se servem dos dedos. As escravas comem ao mesmo tempo, em pontos diversos da sala, sendo que por vezes suas senhoras lhes dão um bocaco com as próprias mãos.»²³ Continuando a descrição, afirma o autor: «Comem muito e com grande avidez e, apesar de embebidos em sua tarefa, ainda acham

tempo para fazer grande bulha. A altura da mesa faz com que o prato chegue ao nível do queixo; cada qual espalha seus cotovelos ao redor e, colocando o pulso junto à beirada do prato, faz com que por meio de um pequeno movimento hábil, o conteúdo todo se lhe despeje na boca. Por outros motivos além deste, não há limpeza nem boas-maneiras durante a refeição; os pratos não são trocados, sendo entregues ao copeiro segurando-se o garfo e a faca numa mesma mão; por outro lado, os dedos são usados com tanta frequência quanto o próprio garfo. Considera-se como prova incontestável de amizade alguém comer do prato de seu vizinho; e assim, não é raro que os dedos de ambos se vejam simultaneamente mergulhados num só prato... Quando facas e garfos se acham em repouso, fica cada um numa das mãos, vertical e descansando sobre o cabo, e, quando deles não se têm mais necessidade, limpa-se ostensivamente a faca na toalha da mesa».²⁴

Observações semelhantes foram feitas por Freycinet²⁵, Tollenare²⁶ e Seidler²⁷. Referindo-se aos utensílios de mesa, Gilberto Freyre nota que a generalização do garfo e da faca só se deu no séc. XIX.²⁸ Debrei, retratando «O Jantar no Brasil» sublinha regras de comportamento nas refeições que vão no mesmo sentido das afirmações anteriores. Durante a refeição, anotava ele, era tolerada a «negligência no traje» e no «Rio, como em todas as outras cidades do Brasil, era costume, durante o *tête-à-tête* de um jantar conjugal, que o marido se ocupasse silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraisse com os negrinhos que substituem os doguezinhos, hoje quase completamente desaparecidos na Europa».²⁹

24. *Ibid.*, p. 84.

25. Freycinet, Louis de, citado por Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Nacional, Brasília, INL, 1977, p. 18.

26. Tollenare, L. F. de. Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal, e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Liv. Progresso Editora, Salvador, 1956, s/ed., p. 332.

27. Seidler, Carl. *Dez anos no Brasil*, 3ª ED., São Paulo, Martins, Brasília, INL, 1876, p. 66.

28. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mocumbos*, op. cit., v. 3, p. 777.

29. Debrei, Jean-Baptiste, *op. cit.*, pp. 75-76.

A refeição mostrava a carência de utensílios de mesa e o desconforto interno das casas, mas sobretudo a inexistência dos chamados padrões de civilidade que caracterizarão a família urbanizada de elite. O momento da alimentação visava quase exclusivamente a satisfazer a demanda de nutrição. Sua função não se duplicava da dimensão de estreitamento das relações afetivas, coerção educativa e regulação recíproca de condutas. O grupo familiar não havia desenvolvido o sentimento moderno de intimidade que se caracteriza, justamente, pela valorização do convívio exclusivo entre pais e filhos. Por essa preocupação em aproveitar cada instante do contacto pessoal para educar física e moralmente as crianças e sobretudo para reativar os laços de ternura, carinho ou amor que, em princípio, os unem.

No que diz respeito ao modo de vestir e expor o corpo e as funções corporais na intimidade, a mesma indisciplina era reconhecida. Lucecock dizia das mulheres que «quando entre amigos íntimos, vêem-se apenas de camisa, cingida à cintura pelos cordões da saia e com as alças freqüentemente caindo de um dos ombros; não usam meias e raramente põem chinelos ou mesmo os socos de madeira com correias pardas a que chamam de tamancos. Os cabelos são compridos e em geral despenteados...»³⁰ E, dos homens: «... é comum o cavalheiro aparecer com uma barba de vários dias, os cabelos pretos em franco desalinho, embora besuntados de gordura e sem roupa alguma sobre sua camisa de algodão... esse traje... o póe de peito aberto e com as mangas arregaçadas até os ombros; mas se, noutras vezes, acha-se atacado ao pescoco e em redor dos pulsos por grossos botões... as fraldas ficam de fora, pendentes à meia canela por cima da cinta que firma ao redor do lombo um par de calças curtas, as pernas vão nuas e os pés metidos em tamancas. Nada disso é lá muito correto, tanto mais que a epidemie dos brasileiros abunda em pelos e é bastante queimada do sol no peito e nas pernas».³¹

Gilberto Freyre refere-se a fatos idênticos, como se segue: «Dentro de casa, na intimidade do marido e das mucamas, mulheres relaxadas. Cabeção picado de renda. Chinelo sem meias. Os peitos às vezes de fora. Maria Graham quase não conheceu no teatro as senhoras que reinam de manhã dentro de casa — tamanha a disparidade entre o traje caseiro e o de cerimônia».³² Sobre a postura dos homens dizia o autor: «Depois do almoço ou do jantar, era na rede que eles faziam longamente o quilo, palitando os dentes, fumando charuto, cuspiendo no chão, arrotando alto, peidando, deixando-se abanar, agradecer e catar pilhos pelas molequinhas, coçando os pés ou a genitália».³³

Almeida Prado corrobora esta visão: «No povo em geral e muitas vezes na burguesia — funcionários públicos, pequenos comerciantes, professores, etc... — os homens comiam à mesa sem as mulheres, que preferiam sentar no chão sobre esteiras à moda oriental, por causa dos filhos pequenos que traziam ao colo nessas ocasiões. Garfos figuravam pouco porque as facas serviam para cortar e também para enfiar alimentos na boca. Os demais convivia, mulheres e crianças comiam com os dedos, cena singela pelo fato de as refeições se efetuarem na mais estrita intimidade, quando o funcionário público, liberto da farda que envergava na repartição, se punha a frescote, de ceroulas, chinelos e camisa, estendido na marquesa de palhinha entre mulheres apenas vestidas de camisolas, cruas de cor nuas e o indefectível violão, que dedilhava enquanto a mucama lhe ex- traía bichos-de-pé».³⁴

Por conseguinte, a pobreza dos interiores e a frouxidão no controle dos costumes pessoais eram causa e consequência da escassez do sentimento de privacidade. Frouxidão que, no entanto, se mantinha para responder a necessidades concretas da família.

32. Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 390.

33. *Ibid.*, p. 464.

34. Prado, J. F. de Almeida. *D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil — 1815-1889*, São Paulo, Nacional 1968, p. 235.

30. Lucecock, John, op. cit., pp. 75-76.

31. *Ibid.*, pp. 82-83.

A persistência de hábitos rudimentares no *modus vivendi* da casa colonial foi historicamente necessária à ideologia que regulava a ética social da classe dominante. A forma de relação das elites com o ambiente sócio-político excluiu certos tipos de diferenciação entre os dois estratos.

Já observamos que o senhorato colonial procurou manter sua hegemonia recorrendo a meios oficiosos de dominação, como o compadrio e manipulações afins. Este relacionamento, fundado no parentesco religioso e sentimental, elevava em certa medida os subordinados da categoria social e econômica a que pertenciam. Compadres, afilhados e demais clientes, quando ligados aos senhores por laços outros que não os da produção econômica ou da submissão política, participavam do *status* do patriciado, colocando-se como seus iguais.

Esse traço de união entre as «castas» reclamava certos compromissos. O parentesco religioso-emocional tornava o desigual semelhante. Como observou Maria Sylvia Franco, «a dominação entre semelhantes supõe um certo grau de indeterminação na forma de estratificação social» que veio a traduzir-se na «ausência de marcas exteriores nítidas de diferenciação social» como no caso da «simplicidade de costumes». ³⁵ O compadrio permitiu a quebra de certas barreiras, nivelando por baixo certos hábitos da elite dominante. A simplicidade cotidiana favorecia os senhores. Ela ocultava, em parte, a exploração econômica e os preconceitos de «casta» e raça que os separava da massa de agregados e subordinados. A pobreza da casa e a rudez dos costumes aproximava na aparência os que na existência social estavam inapelavelmente distanciados.

Ainda assim, essa simplicidade niveladora só será mantida no universo da residência. Quando exposta ao mundo, em contacto com seus verdadeiros iguais — nas festas religiosas ou outros acontecimentos públicos — a família dominante saberá ostentar, com grande propriedade, os sinais externos de seu poderio. Nestes momentos, a distinção renasce, como que relembrando a todos quem detinha o poder.

Outro fator determinante na displicência dos costumes domésticos foi a presença de escravos. Ussel observou que os aristocratas europeus até o séc. XVIII praticamente não tinham nenhuma preocupação com o pudor diante de seus serviçais. As barreiras de sangue eram tão fortes que nenhum tipo de proximidade, nenhuma conduta fazia com que os primeiros corresse o risco de terem o prestígio ou posição social postos em risco pelos segundos. ³⁶

No Brasil, com pequenas variantes, repetiu-se o fenómeno. Pouco importava aos senhores o que seus escravos pensassem de suas maneiras de vestir, comer, dormir, etc... O olhar e o julgamento do negro jamais fariam com que a divisão de «castas» fosse rompida. Não havia a menor preocupação da família em afetar um esmero qualquer, um sentimento qualquer de pudor diante de um escravo, cuja natureza era ideologicamente próxima à de um bem material ou à de um animal.

Negligente diante do agregado, para simular familiaridade de costumes, e diante do escravo, por desprezar e desconsiderar sua opinião, o senhorato era pouquíssimo solícito a mudar o convívio íntimo.

Finalmente, uma outra variável concorria para a estagnação desses hábitos: a regra de sociabilidade. A família antiga não apenas recebia pouco em casa, como só recebia os que com ela se identificavam do ponto de vista dos costumes. Os modelos de convívio eram sempre os mesmos. Cada família repetia a outra. E, como todas se aparentavam, o mesmo se eternizava. Como será visto, a urbanização veio quebrar esse circuito, oferecendo alternativas de convivência e forçando a casa antiga a renovar-se.

Todavia, a ausência de intimidade, embora se inscrevesse na estratégia de domínio patriarcal sobre o meio, não dependia apenas desta estratégia para substituir. Impedimentos intrínsecos à organização familiar forçavam-na a prescindir daquela ordem de sentimento. Dois elementos nessa organização obrigavam a família a excluir a privacidade de seu convívio: a dependência da

35. Franco, Maria Sylvia de Carvalho, op. cit., p. 80.

36. Ussel, Jos van, *La represión sexual*, México, Roca, 1974, pp 65-88.

casa para com o escravo e a dependência da família para com o pai.

No primeiro caso, a família era passivamente impedida de estabelecer uma maior aproximação entre seus membros, pois dispersava-se nas numerosas relações com os serviais. No segundo caso, ativamente impedia essa aproximação, para manter o monolitismo do poder paterno e assegurar a sobrevivência do patrimônio.

O funcionamento da casa colonial seria simplesmente inviável sem o braço escravo. Todo tipo de atividade doméstica o requeria. Lúcio Costa sintetiza expressivamente essa situação, afirmando: «A máquina brasileira de morar, ao tempo da Colônia e do Império, dependia dessa mistura de coisa, de bicho e de gente, que era o escravo. (...) Era ele que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo — desde negrinhos, sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador». ³⁷ Gilberto Freyre relata que «uma senhora do Rio disse ao Rev. Flecher que os seus escravos eram um apetreito, não porque fossem poucos, porém muitos, gente demais dentro de casa». ³⁸

Essa população, estranha ao núcleo familiar, infiltrava-se continuamente na casa, responsabilizando-se, muitas vezes, por tarefas diretamente ligadas à intimidade física e emocional dos indivíduos, como as de higiene e amamentação de recém-nascidos. Além do mais, o escravo criava um outro obstáculo à intimidade, determinando a forma de comunicação entre os ocupantes da residência. Homens e mulheres, dando ordens a escravos, habituavam-se a gritar e a falar alto. ³⁹ Ou tendiam a repetir o tom arrogante e brutal com que a eles se dirigiam quando falavam uns com os outros ou com os filhos. ⁴⁰ E mesmo

quando conseguiam conter a prepotência eram obrigados a falar trovejando, em virtude do bulício da casa e das grandes distâncias que as vastas salas, quartos e corredores, interpunham entre as pessoas. ⁴¹

Os escravos, portanto, facilitavam em todos os sentidos a dispersão do sentimento de intimidade. A simbiose em que a casa vivia com ele impedia sua reorganização com vistas à aproximação sentimental entre seus moradores.

Ao lado do escravo, o outro elemento inibidor do convívio íntimo era o tipo de solidariedade familiar. A família colonial fundou sua coesão num sistema piramidal cujo topo era ocupado pelo homem, em sua polivalente função de pai, marido chefe de empresa e comandante de tropa. Do homem era exigida toda iniciativa econômica, cultural, social e sexual. Os demais membros do grupo ligavam-se mutuamente e ao pai, de modo absolutamente passivo. Toda aliança voluntária em função de objetivos comuns era excluída. O pai representava o princípio de unidade da propriedade, da moral, da autoridade, da hierarquia, enfim, de todos os valores que mantinham a tradição e o *status quo* da família.

Este gênero de solidariedade desestimulava todo elo afetivo que incentivasse motivações e vontades individuais. O convívio familiar não devia nem podia ordenar-se de forma a privilegiar a escuta, atenção e realização de desejos e aspirações particulares. A estabilidade da família antiga dependia dessa indiferenciação de interesses individuais. O único interesse visado era o do grupo e da propriedade, expresso sempre pelo pai.

A sensibilidade familiar era, em consequência, indiscriminada, formada para reagir uniforme e prontamente à solicitação paterna. Era o pai que, defendendo o grupo, determinava o grau de instrução, a profissão, as escolhas afetivas e sexuais de seus dependentes. A família reagia adaptadamente a essas circunstâncias. Convícia de que ele tinha o direito natural e «sobrenatural» de mandar e ser obedecido conformava-se a isso.

37. Costa Lúcio. Depoimento de um arquiteto carioca, citado por Lemos, Carlos A. C. op. cit., p. 114.

38. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*, op. cit., v. 2, p. 410.

39. Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, op. cit., pp. 390-391.

40. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*, op. cit., v. 1, pp. 182-183.

41. *Ibid.*

A decorrência deste estado de coisas era o afastamento emocional do homem para com o resto da família. Quanto mais distante e inacessível, tanto mais autoridade possuía. Mulheres e filhos ouviam-no, de tempos em tempos, para obedecer. Não havia necessidade de contacto permanente e prolongado para que a ordem, na residência colonial, produzisse seus efeitos. O medo à punição bastava. As relações sentimentais íntimas eram, em consequência, dispensáveis.

Portanto, o «estar» e o convívio coloniais pouco tinham em comum com seus congêneres de épocas mais recentes. O desconforto material despreparava o ambiente para receber a família. A quantidade de pessoas estranhas pulveriza as relações afetivas e pessoais. O temor ao pai mantinha fixa a distância emocional entre os indivíduos. O «estar» não criava a intimidade. Não favorecia a concentração de interesse entre cônjuges, pais e filhos. A habitação antiga não buscava obter aquele clima calmo, tranquilo, caloroso e aconchegante que veio a ser o ideal da convivência da família em períodos posteriores. A relativa indiferenciação da casa na cadeia produção-consumo, associada a seu correlato humano que foi a indiferenciação emocional entre vínculo familiar estrito e vínculo social externo, despiu-a da atmosfera de «lar-doce-lar» tão comum ao subsequente estreitamento da relação casa-família.

Como seria previsível, o conteúdo emocional da família refletia e adequava-se a seu continente. A casa colonial produziu indivíduos à sua imagem e semelhança. Sua intimidade superficial, atrofiada, pouco diversificada prolongou-se e serviu de exemplo a seus habitantes.

Os membros da família antiga eram destituídos daquilo que poderíamos chamar modernamente de «profundidade psicológica». Eles eram, por assim dizer, psicologicamente extrovertidos, sentimentalmente centrífugos. Nada, em suas intimidades afetivas, evocaria a representação que o indivíduo urbano e moderno tem de suas necessidades psíquicas. O gosto pela exploração, reconhecimento e cultivo das peculiaridades emocionais não só era estranho ao universo familiar, mas incompatível com a solidariedade do grupo. O indivíduo introspectivo voltado para a

descoberta de sua verdade interior era uma figura excepcional no mundo colonial.

Bem entendido, não se trata de negar a nossos antepassados a capacidade imaginativa, o poder de interiorização dos sentimentos ou a possibilidade de exprimir suas características pessoais de modo inconfundível e irredutível ao outro. Quando não bastasse para desmentir tal hipótese o sem número de crenças, lendas e mitos religiosos circulantes na época, seria suficiente relembrar todo o acervo de manifestações artísticas, populares e de elite, para provar a pulsação do imaginário individual.

O indivíduo colonial possuía indubitavelmente, a nosso ver, sentimentos, desejos e aspirações personalizadas. A interioridade a que nos referimos pertence a uma outra ordem de fenômenos. Ela diz respeito à importância que será dada à história e às singularidades psíquicas dos indivíduos na explicação dos móveis de sua existência social e na formação dos conteúdos afetivos e representativos de sua consciência.

Na família antiga, os indivíduos tendiam a ver, de modo predominante, em seus atos, gestos, desejos e manifestações sociais a expressão de uma ordem causal externa ao destino pessoal. A série de determinações religiosas e familiares monopolizava a significação do fato emocional privado. A visão ética corrente amputava na raiz todo pensamento que pretendesse explicar o fato psíquico, psicologicamente. A fixação dos indivíduos na rede de interesse do grupo, do pai, da propriedade e dos antepassados, tornava-os portadores de uma psicologia rasa, sem relevo ou especificidade. Os eventos exteriores, o fato diverso, o comentário genérico, precediam em importância e consideração a sutileza íntima e o conflito psicológico idiossincrásico.⁴²

42. A particularidade desse «ethos» familiar, nas suas relações mais extensas com a realidade social, foi formulada de maneira clara e concisa por Antonio Candido. Se bem que enunciada num outro contexto e com vistas à elucidação de outro fato, a formação hierárquica, a asserção do autor poderia esclarecer, através da compreensão social mais ampla, as particularidades sentimentais dos indivíduos, que tentamos abordar sob o estrito ângulo da vida em família: «... nos grupos pouco numerosos e de estrutura

A solidariedade da família colonial inibia, portanto, a individualidade. A convivência na casa não se voltava para o estímulo, decifração e satisfação das particularidades individuais. A ausência de intimidade paralisava este movimento que, só posteriormente, no instante em que a família teve que recorrer à criatividade individual para impor-se ao meio, será retomado e desenvolvido.

Curiosamente, este instante surge quando a família, assaltada por dispositivos normalizadores como a higiene, abre a casa ao convívio social. Daí em diante ela vai enriquecer sua intimidade, como a casa, seus utensílios e os sujeitos, suas individualidades.

O amor entre pais e filhos, abrigados por móveis de luxo, refeições sofisticadas e indumentárias bem-cuidadas, pôde então florescer. Da mesma forma, os espíritos rudes, as maneiras obtusas e as sensibildades grosseiras foram transformados pelos corpos disciplinados, plenos de pudores morais e escrupulos fisiológicos, em almas requintadas e romanticamente angustadas.

A família «íntima» e o indivíduo «psicologizado» habitarão uma casa ricamente decorada, terão ventres finamente nutridos e corpos minuciosamente vestidos. Privacidade familiar, conforto doméstico e interiorização dos indivíduos progrediram juntos, no mesmo compasso.

estável, os padrões são universalmente aceitos, tornando menos frequentes os conflitos entre o ato e a norma. Na sociedade brasileira, até o começo do século XIX, a estratificação simples dos grupos familiares, regidos por padrões uniformes e superpostos à escaravaria e aos desclassificados, não propiciava, no interior da classe dominante, a multiplicidade das dividas e opções morais. O advento da burguesia, (se assim pudemos chamar ao novo estrato formado, nas cidades, tanto pela imigração de fazendeiros, quanto pela ascensão de comerciantes e o desenvolvimento da burocracia), o advento da burguesia criou, porém, novos problemas de ajustamento da conduta. E ao definir uma classe mais culta, irrequieta e curiosa (ao contrário da rude obtusidade das elites rurais), determinava condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento da análise e confronto do indivíduo com a sociedade».

Candido, Antonio, op. cit., v. 2, pp. 112-113.

A RECEPÇÃO COLONIAL: O CONTATO COM O MUNDO

«Em nenhum lugar encontramos documentos que deixassem perceber, mesmo nas vilas mais modestas, aquele tipo de intimidade entre casa e rua, que se encontra nas aldeias de Portugal, aquela continuidade do espaço exterior pela sala e da sala pelo espaço exterior, aquela continuidade que deixa viver os anímias pelas vielas, como em casa. Em nenhuma vista, em nenhum quadro de Franz Post, em nenhum dos cronistas, se percebe aquela intimidade, aquele calor decorrente de um longo contato social face a face, como é comum nas aldeias, nas áreas camponesas, onde a vida tem sempre um sentido de comunidade e não se libertou completamente dos vínculos tribais e clânicos. No Brasil, pelo contrário, o português que chega é sempre um proprietário, um senhor, um homem de comércio, um empresário. Suas ambições são ao mesmo tempo senhoriais e burguesas, mercantis e principescas. A rua não é jamais a sua casa, mas o local de cerimônia perante o qual se realiza como branco e senhor. Despreza-a nos centros menores, teme-a nos maiores, quando o comércio assume o predomínio. Nunca, porém, sobre ela se derrama».⁴³

A citação de Nestor Goulart introduz a questão essencial das relações da família com o exterior. A segregação da família colonial de seu espaço social é uma afirmação consensual entre os historiadores.

Tomando como ponto de partida a organização arquitetônica da casa, pode-se ver que a sala de visitas e o quarto de hóspedes prolongavam a intenção social da varanda. Antonil, aconselhando aos senhores de engenho receber seus hóspedes, dizia: «ter casa separada para os hóspedes é grande acerto, porque melhor se recebem e com menor estorvo da família e sem prejuízo do recolhimento que não de guardar as mulheres e as filhas e as moças de serviço interior, ocupadas no aparelho do jantar e da ceia».⁴⁴

43. Reis, Filho, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*, op. cit., pp. 149-150.

44. Andreoni, João Antonio. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo, Nacional, s/d., p. 69.

Luis Saia, descrevendo a casa paulista da Colônia, demonstra como a planta dessas residências definia uma faixa frontal composta de um «alpendre central tendo aos lados a capela e o quarto de hóspedes». ⁴⁵ Esta era a zona de intercâmbio com o mundo, separada da residência familiar propriamente dita: «Até a faixa frontal chegam o hóspede, o agregado, o mameluco e o escravo, sendo-lhes entretanto vedado o acesso à parte mais íntima da residência. O hóspede tem seu dormitório aberto sobre o alpendre, sem ligação com o interior da morada. Deste modo sua presença acontece «independente da mais família». ⁴⁶

Embora o autor constate que a família paulista era especialmente segregada com relação às demais famílias brasileiras, diversos cronistas e historiadores referiram-se a fatos semelhantes em muitas outras regiões do país. Ainda no séc. XIX, Gilberto Freyre chamava atenção para a existência de ornamentos arquitetônicos de sobrados citadinos que denotavam a distância que a casa guardava da rua. As figuras de dragões, leões e cachorros nos umbrais dos portões; os cacos de garrafas nos muros; as lanças pontudas e as grades de ferro nos mesmos portões seriam a transposição dos padrões de relacionamento social da família colonial para as grandes residências do império. ⁴⁷

Outro indicio arquitetural expressivo da situação familiar era a alcova. Situada no centro da residência, a alcova não dispunha de aeração, iluminação ou qualquer outra comunicação com o exterior. Sua localização dependia evidentemente do primitivismo arquitetônico da época. Mas, à precariedade técnica somava-se a disposição ativa de proteção à família. A alcova era o local do sono e devia estar protegida contra agressões físicas (sol, sereno, correntes de ar, maus cheiros da rua) ou assaltos morais do ambiente (marinheiros bêbados, ladrões, ciganos e possíveis tentativas de namoros não consentidos entre as mulheres e seus eventuais pretendentes). ⁴⁸

45. Saia, Luis. *Morada Paulista*, São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 69.

46. *Ibid.*, p. 133.

47. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mamelucos*, op. cit., v. 2, p. 419.

48. *Ibid.*

Todavia, o sinal mais evidente da reticência com que a família abordava ou se deixava penetrar pelo meio social era o confinamento doméstico das mulheres. O isolamento das mulheres e sua exclusão do convívio com os hóspedes do marido ou visitantes eram fatos correntes ainda nas primeiras décadas do século XIX. Jamil Haddad compilou referências ao fenômeno nos relatos de viagem de Koster, Castelhan, Gardner, Luccock, Saint-Hilaire e Pohl. ⁴⁹ O recenseamento de testemunhos similares seria redundante e desnecessário.

Cabe notar, entretanto, que a maioria dos historiadores interpretou o fato exclusivamente como um resíduo da maneira pela qual a mulher era tratada na cultura árabe. Sem descreditar tal ponto de vista, é preciso assinalar que esta forma de sociabilidade feminina não foi específica do Brasil. Em outras sociedades ou comunidades agrário-rurais a mulher apresentava este mesmo tipo de retraimento doméstico e subordinação ao homem.

Flandrin refere-se a acontecimentos deste gênero entre os camponeses da Auvergne, no séc. XIX, e os define como produto da representação que atribuía à mulher o qualificativo de «espécie inferior». ⁵⁰ Shorter aponta fatos semelhantes em Deux-Sèvres, onde as mulheres não sentavam à mesa com os maridos; e no Jura, onde elas se retiravam dos locais em que se encontravam pessoas estranhas. Como Flandrin, ele afirma que os camponeses da Europa tradicional consideravam as mulheres como uma «parte inferior da raça humana». Mas levanta ainda a hipótese de que a rígida divisão do trabalho — o homem, fora de casa, a mulher, no interior — aliada à ausência quase geral de afeição entre os cônjuges, derivada do casamento de razão, eram as causas originais da situação. ⁵¹ Hunt também se refere à submissão da mulher ao marido e à sua escassa participação

49. Haddad, Jamil. *Notas às Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manoel de Macedo, São Paulo, Nacional, 1952, pp. 168-169.

50. Flandrin, Jean-Louis. *Familias, parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*, Paris, Hachette, 1976, pp. 106-107.

51. Shorter, Edward. *The making of modern family*, New York, Basic Books, 1975, pp. 56-78.

social, fornecendo outras explicações além das expostas acima. Para o autor esta situação era consequência da real inferioridade jurídico-econômica em que se encontrava a mulher, privada que era do acesso à herança dos bens familiares.⁵²

Esta pluralidade de explicações permite-nos dar ao isolamento da mulher brasileira significações novas. A mulher tímida, reticente nas relações com o estranho, com o extra-familiar, resumia em sua conduta as determinações sociais que a aprisionavam na casa. O casamento de «razão» ou interesse; a inexistência de sentimento de amor entre os cônjuges; a inferioridade de «raça» ou «espécie» que lhe foi tributada; a dependência econômica para com o homem (pai, irmão, tio, tutor) e a rígida divisão do trabalho social compunham a moldura do confinamento da mulher.

A permanência da mulher no interior da casa devia-se, antes de mais nada, à sua função econômica. A mulher era o capitão-do-mato, o gerente e o caixeiro do marido. Ninguém melhor que ela estava habilitada a zelar pelo patrimônio doméstico do homem. Dependendo jurídica, afetiva, moral e religiosamente do marido, prestava-se docilmente a organizar a produção econômica da casa, supervisionando o trabalho escravo. Mão-de-obra gratuita, a mulher permitiu por muito tempo a auto-suficiência das residências, fenômeno necessário ao despotismo senhorial sobre a cidade.

Além desta função produtiva «primária», era ela quem se encarregava de suprir o escasso mercado de serviços das cidades. A dona-de-casa era enfermeiro, médico, sacerdote e professor. Distribuía medicamentos em caso de doenças, ensinava aos filhos as primeiras letras e cumpria uma enorme quantidade de obrigações religiosas: terços, ladainhas, novenas, promessas, etc. Sua posição estava estreitamente ligada à situação da casa no confronto com os parcos recursos urbanos. Representava, de certa maneira, a submissão da cidade à família.

A mulher quase não tinha necessidade de ausentar-se da casa para obter o que precisava. O comércio procurava atender à família *in loco*, sustentando o sistema econômico que inibiu e paralisou durante tanto tempo o desenvolvimento urbano do Brasil. O que não era produzido na casa era oferecido nas portas pelos vendedores. Delso Renault afirma que «até meados do século XIX a dama brasileira pouco saía de casa; os vendedores batiam à sua porta».⁵³ Debrét retratou vendedores de cestos, aves, samburais, palmitos, carvão, milho, capim, leite, alho, cebola, doces e iguarias (aluá, manué, sonhos), acassá, angú, café torrado, pão-de-ló⁵⁴, também retratados por Rodolfo e Carlos Chambelland.⁵⁵

Nó que se diz respeito a roupas, calçados e outros objetos de adorno pessoal, as famílias também se faziam atender a domicílio por lojas, mascates e negras «boceteiras». Estes comerciantes ofereciam todas as sortes de produtos; chapéus, botinas, fitas, pentes, travessas, filós, bicos, rendas, perfumes, vestidos, esculturas religiosas, etc.⁵⁶

O isolamento da mulher era, portanto, uma consequência da modalidade de contato da família com o mundo, na realidade brasileira da época. Acresça-se a este modo de convívio social os prolongados períodos de gravidez e «resguardos», num tempo em que os métodos contraceptivos eram praticamente desconhecidos; permanência da mulher em casa terá no «cíume mouro ou ibérico» seu motivo mais ténue. O cuidado com a moral feminina era a expressão última e talvez a mais supérflua, de um sistema econômico-social bem mais opressivo. No caso das «mulheres-filhas», obviamente, as razões do enclausuramento não tinham o mesmo significado material. O patriarca prendia as filhas em alcovas ou por trás das rótulas para evitar possíveis ligações

52. Hunt, David. *Parents and children in history — the psychology of family life in early modern France*, 2ª ed., N. York, Evansston, San Francisco, London Harper & Row Publisher, 1972, pp. 68-76.

53. Renault, Delso. O Rio antigo nos anúncios de jornais, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, p. 108.

54. Debrét, Jean-Baptiste. op. cit., v. 1, p. 55.

55. ver: Luis Edmundo, op. cit., v. 3.

56. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*, op. cit., v. 1, pp. 163-166.

afetivas entre elas e homens sem fortuna ou posição social vantajosa.

Em suma, o isolamento feminino traduzia o papel instrumental que as mulheres desempenhavam na reprodução do regime econômico. Agentes passivos na multiplicação das riquezas do marido, elas perpetuavam a máquina de opressão, ao mesmo tempo que a ela se submetiam.

No entanto, quaisquer que tenham sido os motivos da ausência da mulher na «recepção» e no contato com a rua eles eram um sintoma indiscutível da reserva social da família antiga. Reserva que só será abalada com o desenvolvimento urbano.

Depois da chegada do Príncipe Regente, a cidade passou a exibir uma variedade de tipos sociais absolutamente desconhecida em períodos anteriores. Aristocratas portugueses; comerciantes, políticos e diplomatas estrangeiros; literatos e artistas das mais diferentes nacionalidades inundaram o espaço de antigos burocratas e senhores rurais. O centro do poder deslocou-se e com esse deslocamento mudaram as regras que permitiam a entrada no restrito círculo da classe dominante.

Na sociedade antiga a imobilidade da hierarquia social dispensava certos instrumentos de afirmação de poder que, a partir de então, tornaram-se necessários. Um deles era a forma particular de sociabilidade que consiste em receber periodicamente, para festas e reuniões domésticas, personagens expoentes do mundo econômico, social e político.

A família colonial recebia pouco.⁵⁷ A recepção era um ítem da conduta social desvalorizado e pouco exercitado. Numa sociedade em que prevalecia a mentalidade rural e religiosa a «festa privada» perdia parte de seu sentido. A família restringia sua sociabilidade ao comparecimento a festejos públicos, em especial aos religiosos. A cadência da comemoração católica ritmava a exibição de seu poderio. Nestas ocasiões ela aparecia nos locais coletivos devidamente ornada com os emblemas inconfundíveis de «casta» e raça. A festa religiosa e até mesmo a trivial obrigação espiritual, como ir à missa, serviam de pretexto

à ostentação da opulência familiar. Indo à missa os senhores faziam-se transportar em seges, cadeirinhas ou liteiras, por escravos cuja indumentária demonstrava a riqueza de seus donos. Nas procissões, repartiam-se em irmandades e confrarias que os distinguia dos demais grupos. Era impossível aos componentes dos grupos inferiores confundirem-se com as elites. As marcas raciais e as insígnias religiosas afastavam qualquer indeterminação neste sentido. A festividade pública, a céu aberto, apenas consagrava o *status quo*. Construída à imagem do ritual católico e à semelhança da organização política, a sociabilidade externa obedecia a etapas previsíveis, da introdução ao epílogo.

A família participava deste rito, repelindo regularmente a série de preparativos e comportamentos públicos secularmente estabelecidos. Toda iniciativa original, toda surpresa criativa estava ausente. A freqüência das festas era predeterminada, bem como seus momentos iniciais e finais.

Este jogo de cartas marcadas era obedecido e aceito pelos grupos sociais que não dispunham de nenhuma alternativa cultural que a ele se opusesse. Sua monotonia e intermitência atendiam satisfatoriamente às necessidades da sociedade antiga. O acordo entre as poucas famílias possuidoras de riquezas não incentivava a concorrência e a rivalidade em torno de detalhes da conduta e da apresentação social dos indivíduos. De antemão, perdedores e vencedores conheciam seus papéis. A natureza da sociabilidade era a consagração recorrente do já estabelecido. Os desacordos, quando ganhavam proporção imprevista, eram solucionados pela violência costumeira, pela vingança familiar, onde a força bruta do mais potente subjulgava, *manu militari*, o mais fraco.

A inexistência da recepção doméstica era, portanto, entendível. Segundo König, um dos motores da competição por vantagens sociais e econômicas através do enriquecimento e refinamento no convívio social é a expansão numérica dos representantes das classes dominantes.⁵⁸ Nas sociedades em que o

57. Edmundo, Luis. op. cit., v. 2.

58. König, René. *Sociologie de la mode*. Paris, Payot, 1969.

número desses elementos é restrito, o conhecimento prévio e prolongado torna supérflua a ostentação de predicados daquela ordem. Estes predicados visam a intimidar ou seduzir estranhos, incapazes de avaliar a verdadeira força social de quem as aparenta. Entre conhecidos eles se tornam dispensáveis.

A sociedade brasileira, até a chegada da Corte, comportava-se como uma sociedade pré-competitiva nos termos descritos acima. Com a implantação da aristocracia e dos representantes da burguesia industrial européia este sonolento poder «latifundiário» foi sacudido.⁵⁹ Face àqueles grupos, comerciantes nativos e potentados rurais passaram a equivaler-se em rudeza e estupidéz culturais. A Corte era mais exigente. Para participar de seus favores já não bastavam dinheiro, escravos, terras, brancura de pele, catolicismo da alma ou outra qualquer tradição de importância ligada aos costumes locais. A condição para introduzir-se junto à aristocracia era aristocratizar-se.

Inicia-se, então, a corrida pelo enobrecimento. A obtenção de títulos nobiliárquicos tornou-se uma questão de honra e poderio político-econômico. Os títulos facilitavam o prestígio junto aos «príncipes» e o conseqüente usufruto da máquina de privilégios estatais. Mas esse enobrecimento do estatuto social tinha um pressuposto, a adoção de novos hábitos culturais: «A concessão de títulos e cargos pelo Rei atraía alguns à capital, onde assimilavam o modo de vida do europeu, e influíam sobre as classes populares. Os habitantes das capitâneas afastadas também se acostumaram a considerar o Rio como capital, que visitavam para tratar de negócios ou por curiosidade, passando a adotar os costumes e modo de ver dos europeus».⁶⁰ A família de elite começava, assim, seu processo de abertura para uma nova sociabilidade. Sociabilidade imposta, num primeiro nível, pela urgência em nivelar-se, nas aparências, à nobreza ou à burguesia européias. Mas também, num outro nível, por motivos bem mais práticos e bem menos genéricos.

59. ver: J. F. de Almeida Prado, op. cit.
60. Martius, in, Almeida Prado, J. F. op. cit., p. 231.

Uma sociedade que se secularizava rapidamente, as ocasiões de encontro prescrito pelo calendário religioso não só começavam a diminuir como não conseguiam acompanhar as exigências de contatos sociais provocados pelo dinamismo econômico. As festas privadas tornaram-se uma necessidade. Nelas criavam-se condições de relacionamento favoráveis aos interesses econômicos e políticos de quem as promovia. Nas reuniões «burguesas» estreitavam-se alianças políticas, organizavam-se conspirações econômicas, tramavam-se sabotagens fiscais, estimulavam-se intrigas contra os concorrentes, etc... A recepção adquiriu a função de veículo informal na disputa pelo poder. Muitas festas organizadas nos «salões do Segundo Reinado» serviram a este propósito.⁶¹

Ao lado destes objetivos, a recepção, paralelamente, engendrou-se na estratégia de enriquecimento da aristocracia empobrecida ou de enobrecimento da «burguesia» endinheirada. Tradicionalmente, uma das formas de aquisição de riqueza e prestígio dos senhores era a aliança entre famílias, através do casamento. Na Colônia, a rusticidade de costumes e a escassez de famílias ricas que se relacionavam entre si converteu o casamento num procedimento simples, executado sem maiores prêmios. O patriarca escolhia o parceiro dos filhos nas poucas famílias que conhecia e comunicava sua decisão aos interessados que, habitualmente, aceitavam-na sem relutância.

A diferenciação social iniciada no período joanino complicou sobretudo esta situação. A oferta de bons partidos aumentou e a disputa por eles ganhou uma complexidade notável. O casamento já não dependia exclusivamente da escolha do pai. Ser rico ou aristocrata não assegurava incondicionalmente ao jovem o casamento mais vantajoso. O bom não continha, procurava-se o melhor. A aparência física, as boas maneiras, o requinte na educação, a sofisticação do gosto, etc., ingressaram na contabilidade do poder, quase em pé de igualdade com o

61. ver: Pinho, Wanderley, *Salões e damas do Segundo Reinado*, 3ª ed., São Paulo, Martins, 1959.

dinheiro e os títulos de nobreza. A recepção converteu-se em lugar de exibição das qualidades dos filhos e de contendas entre famílias que tentavam incorporar a seus patrimônios a fortuna e os títulos do parceiro visado.

Essas táticas de poder, como consequência, ampliaram significativamente a margem de liberdade e expressão das particularidades pessoais. A sedução do futuro cônjuge estava em relação direta com os encantos do sedutor. O jogo social mudava as regras. Passou a existir lugar para o imprevisível. As derrotas e vitórias não eram previamente definidas. A inventividade de cada um poderia infletir expectativas quase definitivas. Os indivíduos começavam a diferenciar-se do magma familiar.

Impelidos a se individualizarem por um ou outro motivo, em breve, os elementos da família começaram a notar que podiam desfrutar dessa nova posição para aumentar a massa de poder de que dispunham na casa.

No caso das mulheres, essa manobra é particularmente evidente. Por muito tempo exploradas por pais e maridos, tios, irmãos, etc., as mulheres souberam aproveitar a crise de poder do patriarca colonial e tirar vantagens familiares.

Da habilidade feminina dependia o sucesso de um salão ou de uma recepção. Da maneira como as mulheres se comportavam, recebiam, hospedavam ou se insinuavam junto a personagens prestigiados, dependia, às vezes, o bom encaminhamento da carreira política ou econômica do homem. Em troca desse gênero de exposição e mercadejo de seus corpos, as mulheres passaram a reivindicar um cuidado e uma atenção que nunca haviam tido antes.

Como veremos adiante, a mulher «nervosa», «clorótica», «histérica» vai ter seu destino médico estreitamente ligado a saraus, bailes, danças, reuniões, recepções, etc. O corpo nervoso da mulher, entre outros significados, traduziu o desequilíbrio de forças que se instaurou na família de elite do séc. XIX. Nervosismo e mundanismo formaram os polos de um circuito que permitiu a entrada do médico na família, reforçando o poder da esposa com relação ao marido e das filhas com relação aos pais.

O romance urbano captou vivamente esta realidade social da grande, média e pequena «burguesia» brasileiras agitando-se, continuamente, no clima mundano das festas privadas. Mostrou, também, a revalorização da vontade feminina nas querelas amorosas e nos negócios de casamento. Em *Divã*, de Alencar, Emília, a heroína adolescente, tiraniza a casa burguesa com seu mau-humor, sua impertinência e seus «ataques de nervos». Os pais, impotentes, terminam apelando para o médico, novo herói disciplinador dos costumes e único capaz de solucionar a crise doméstica.⁶²

No conjunto, essas modificações da sociabilidade resultaram numa sensível fragmentação da solidariedade familiar. A família colonial mantinha sua coesão através da extroversão psicológica dos indivíduos e de sua introversão social. A indiferença para com a expressão ou desenvolvimento das singularidades pessoais permitia que o primado do pai e do grupo continuassem se exercendo sem conflitos. A nova sociabilidade, dando maior autonomia aos desejos individuais quebrou, pouco a pouco, os fios e suportes da antiga trama de relações familiares. A família passou a viver um impasse criado pela urbanização. Ou modificava seus hábitos para acompanhar as novas regras da competição social e econômica ou persistia atada a seu modo usual de viver, correndo o perigo de debilitar-se ou morrer economicamente. Qualquer escolha era, portanto, desestruturante.

Foi esse período de anomia interna que favoreceu a aceitação da medicina como padrão regulador dos comportamentos íntimos. A higiene ajudou a família a adaptar-se à urbanização, criando, simultaneamente, normas coerentes de organização interna. O objetivo higiênico de recondução dos indivíduos à tutela do Estado redefiniu as formas de convivência íntima, assinalando, a cada um dos membros da família, novos papéis e novas funções. Estimulando a competição interna entre eles, freando aqui e ali os excessos individuais, dando novas significações aos vínculos entre homens, mulheres, adultos e crianças, a medicina

62. Alencar, José de. *Divã*, rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d.

higiênica formulou, enfim, uma ética compatível com a sobrevivência econômica e a solidez do núcleo familiar «burguês».

2. Família colonizada: medicalização e disciplina a domicílio.

A CASA HIGIÊNICA

A residência colonial tinha sua morfologia e funcionamento determinados pelas relações entre família e ambiente social. A casa, através de sua dimensão; localização; disposição interna das peças; ventilação; iluminação; ornamentação dos interiores; número e movimentação de seus ocupantes etc., respeitava e perenizava o modo de convivência entre os membros da família e o contato com o mundo. Da mesma forma, a rusticidade do material e técnicas de construção; a precariedade das instalações de água e esgoto; a pobreza de móveis e outros utensílios domésticos; a presença de escravos e a auto-suficiência econômica eram indícios do parco desenvolvimento urbano, econômico e social da Colônia. A casa retratava a maneira como cidade e coletividade reagiam ao interesse familiar privado e vice-versa.

A medicina, ao se impor como técnica de regulação do contato entre indivíduos e família, cidade e Estado, teve na casa um dos maiores aliados. Do ponto de vista da higiene, a habitação antiga prestava-se a todo tipo de crítica. Sua arquitetura fechada, impermeável ao exterior, elaborada para responder ao medo dos «maus ares», ventos e miasmas foi cruentamente atacada pelos médicos como insalubre e doentia: «As casas do Rio de Janeiro parecem destinadas antes à Lapônia ou à Groenlândia do que à latitude tropical... uma fatal alcova, dormitório predileto; escura e modesta sala com um corredor escuro; uma sala de jantar, de costurar, de tudo, exceto de saúde, pouco mais escura que a sala da frente, mas munida de infalível alcova, mediante ou não outro corredor, a cozinha térrea».⁶³

Essa opinião e esse discurso repetiam-se em centenas de outros trabalhos. Os médicos rezejavam-se nas críticas às construções coloniais usando o mesmo argumento e quase os mesmos termos. Correa de Azevedo dizia sobre as casas brasileiras: «Ao examiná-las supõe-se serem construções para o Esquimó ou Groenlândia: pequenas e estreitas janelas, portas baixas e não largas, nenhuma condição de ventilação, salas quentes e abafadas, alcovas úmidas, escuras e sufocantes, corredores estreitíssimos e sempre esse esgoto na cozinha, essa sujidade bem junto à preparação dos alimentos cotidianos, tendo ao lado uma área, lugar infecto, nauseabundo, onde os despejos aglomerados produzem toda sorte de miasmas».⁶⁴

Em nome dos mesmos miasmas coloniais a casa era chamada a mudar sua feição. Mais precisamente, os miasmas continuavam sendo considerados agentes de doença, porém a teoria de sua difusão se modificara: «A habitação em casas téreas é sempre uma das piores, principalmente no Brasil, cuja temperatura é respeitável, porque o ar carregado de miasmas que se desprendem das matérias animais e vegetais em putrefação, ocupa por seu peso específico as camadas inferiores da atmosfera e exerce sua ação deletéria. Entretanto que a altura de um primeiro andar é quanto basta para pôr a abrigo o homem, destes efeitos nocivos; porque o ar carregado de miasmas, em geral, não pode chegar a uma tal altura, e quando chegue já é rarefeito, purificado em parte, e não se torna por isto tão nocivo».⁶⁵

A racionalidade que inspirava essa crítica era, inequivocamente, de uma ordem científica superior à que comandava a organização da habitação pré-higiênica. Seus autores dispunham de um conhecimento capaz de demolir, sem problemas, as noções acadêmicas da medicina do séc. XVIII. Entretanto, este mesmo saber, visto sob outro ângulo, revela suas ligações com o poder.

63. Candido, Francisco de Paula. Relatórios sobre as medidas de salubridade reclamadas pela cidade do Rio de Janeiro in: Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 2, pp. 433-434.

64. Azevedo, Luiz Correa de. discurso na Imperial Academia de Medicina, in Freyre, Gilberto, *Ibid.*, p. 435.

65. Santos, Carolino Francisco de Lima. Conselhos higiênicos aos europeus que abordam o Brasil, in Freyre, Gilberto, *Ibid.*, p. 562.